

MUDANCISMO CONDICIONADO: DO COMPROMISSO POLÍTICO À RUPTURA DO PACTO CONSTITUCIONAL

Jales Guedes Coelho MENDONÇA; Noé Sandes FREIRE.

jalesgcm@bol.com.br; noefsandes@uol.com.br

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História da UFG.

Palavras-chave: História de Goiás; Mudança da capital; Mudancismo condicionado.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho representa a continuidade da investigação desenvolvida pelo doutorando no Programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que teve o seguinte o título: “A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o Mudancismo Condicionado”.

É certo que as interpretações formuladas acerca das transformações econômicas e políticas ocorridas no período de 1930 a 1945 foram tratadas como um todo homogêneo: a Revolução de 1930 seria a antecâmara do golpe de estado de 1937. O curto intervalo constitucional de 1934 a 1937, uma das mais ricas experiências políticas da República, apesar de ilhado entre dois momentos ditatoriais, não deve ser diluído num bloco monolítico, apagando suas especificidades integralmente, especialmente em Goiás, onde se processava a construção da nova capital.

O tema da mudança da sede do governo é de grande importância para história estadual. Muito já se escreveu a respeito do relevo da construção de Goiânia para o progresso goiano. Resumindo a dimensão do assunto, aduziu o historiador Luiz Palacin: “creio que é possível afirmar plenamente que a construção de Goiânia marcou o início de uma nova época no desenvolvimento de Goiás.”¹

Contudo, mesmo diante da enorme relevância do episódio, ainda existem várias lacunas e mesmo fontes que foram desconsideradas pela historiografia regional.

O trabalho tem como objeto de pesquisa o resgate da história da única legislatura do Poder Legislativo de Goiás durante a Segunda República (1935/1937), bem como dos acontecimentos relacionados à mudança da capital. Os fatos, no entanto, serão olhados sob uma perspectiva inovadora, haja vista que se busca examinar o

¹ PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente. 1976, p. 98.

processo de transferência não por meio da ótica hegemônica presente na memória coletiva, mas com o enfoque voltado para a urbe abandonada.

Até o presente momento, os estudos históricos, muito influenciados pela memória, tangenciaram uma abordagem mais precisa em relação à cidade que perdia o trono de metrópole, preferindo analisar e destacar o desenvolvimento da nova capital que surgia, permanecendo a antiga sede dos poderes – logo batizada de velha - invisível. Uma nova interpretação possibilitará a retirada do véu de sombras que cobriu a povoação destronada, sem prejuízo de espraiar seus efeitos para campo mais amplo: a ordenação do tempo histórico e a luta de representações entre o presente e o passado.

MATERIAL, MÉTODO, RESULTADO E DISCUSSÃO

Na historiografia regional, inexistem dissertações ou teses específicas sobre a legislatura estadual de 1935 a 1937. O assunto, quando abordado, está inserido na produção acadêmica relacionada à transferência da capital, que, por sua vez, apesar de existir, não é vasta. As principais obras acerca do tema são os trabalhos dos historiadores Luiz Palacin e Nasr Fayad Chaul, denominados, respectivamente, “Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás” e “A construção de Goiânia e a transferência da capital”. Tais livros representaram o nosso ponto de partida e a referência do presente projeto.

Malgrado o pioneirismo e o valor dos estudos históricos aludidos, sua leitura reforça a necessidade de se analisar mais detalhadamente o que se passou à época no seio da Assembléia Legislativa de Goiás, já que os anais do Poder Legislativo não foram adequadamente examinados.

Assim, essa densa documentação merece ser esquadrihada. Na realidade, a relação entre os debates parlamentares e a transladação da metrópole mostra-se umbilical.

Ademais, emerge patente que a historiografia desconsiderou a memória da cidade que perdeu o título de principal centro estadual, focalizando tão-somente os aspectos da urbe que passou a significar modernidade e progresso. A luta de representações entre o novo e o antigo e a ordenação do tempo histórico foram tangenciadas.

Não há como negligenciar a evidente ascensão da chamada literatura mudancista² sobre a historiografia regional, fenômeno, aliás, já observado por Eliézer Cardoso de Oliveira. Tal fato atrapalhou e às vezes até impediu, secundada por outros fatores, a compreensão de circunstâncias cruciais da transferência.

Os cronistas e memorialistas da referida literatura mudancista que construíram relatos dos acontecimentos, na maioria das vezes durante o regime autoritário do Estado Novo, o fizeram sob a ótica dos “vencedores”, apagando lembranças e reduzindo eventos complexos à insignificância. O esquecimento do Congresso de Ipameri em 1934, da Assembléia Constituinte Estadual de 1935, da existência de uma terceira corrente política entre os mudancistas e os antimudancistas, denominada de mudancismo condicionado, por exemplo, a despeito de outras perceptíveis lacunas, segue a mesma lógica e exemplifica a argumentação esposada.

Vale acrescentar que várias pessoas deixaram consignadas suas memórias a respeito dos episódios vividos na década de 1930, destacando-se dentre eles Jaime Câmara, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, Francisco de Britto, Joaquim Rosa, José Asmar e Bernardo Élis.

Pretende-se trabalhar com o campo da história política. É sabido que os historiadores da escola dos *Annales* formularam contundentes críticas à história política, considerada por eles como mera narrativa dos eventos e acontecimentos das minorias privilegiadas, esquecendo-se dos aspectos econômico-sociais, das estruturas na longa duração.³

Contudo, resta registrar que a história política tem se renovado, especialmente ao se ocupar da participação na vida política e dos processos eleitorais, que integra inúmeros personagens da sociedade, perdendo o seu caráter elitista e individualista e se reabilitando da condenação anterior.⁴

É cediço que a prova principal para o historiador do final do século XIX era o documento escrito, mormente o oficial. Após as críticas concebidas pela Escola dos *Annales*, a noção de documento histórico foi ampliada, incorporando ao

² “Denomino literatura mudancista o conjunto de obras de escritores partidários da mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia que, na maioria das vezes, estavam aglutinados em torno da figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira.” In: OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As imagens e mudança cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999, p. 160.

³ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

⁴ RÉMOND, René. *Uma História Presente*. In: Rémond, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

conhecimento historiográfico outras fontes aos vestígios da ação humana, tais como a música, a arte, as tradições, a religião, dentre outras.

A pesquisa utilizará fontes orais, iconográficas e textuais. Em relação aos documentos escritos, principal material a ser empregado no desenvolvimento do estudo, avulta-se a importância dos seguintes periódicos, a saber: *A Colligação*, jornal oposicionista dirigido por Alfredo Nasser que circulou na antiga capital de Goiás entre 1934 e 1936 e o *Diário da Assembléia Legislativa*.

Cumprе assinalar que os jornais goianos eram impressos em apenas quatro páginas e saíam, em regra, tão-somente uma vez por semana. Diante da dimensão reduzida dos hebdomadários referidos, analisaremos a integralidade dos periódicos, não elegendо numa parte (colunas, editoriais, cartas do leitor, etc.) em especial.

CONCLUSÕES

Apesar da complexidade do tema e da multiplicidade de fatores, em linhas gerais, é possível afirmar que não se previu nenhuma medida de proteção à Cidade de Goiás porque o governador do estado interpretou que o texto gravado na Carta Magna Goiana de 1935 não o obrigava a tomar nenhuma atitude nesse sentido previamente à mudança definitiva. De mais a mais, não é razoável olvidar a capilaridade nos demais municípios anhanguerinos do pensamento consubstanciado na corrente do mudancismo incondicionado, que defendia a tese de se gastar o dinheiro público na nova capital em construção e não na antiga.

Após a efetivação da transladação, a Cidade de Goiás sofreu profundo revés nas áreas cultural, econômica e social, perdendo inclusive seus tradicionais estabelecimentos de ensino. A recuperação da memória permite aclarar pontos ainda hoje obscuros e esquecidos pela historiografia em relação à antiga capital.

Com a decretação do “estado de guerra” em 1936 pelo presidente da República, o governador do estado de Goiás, seguindo o exemplo de outros administradores da época, utilizou a repressiva legislação vigente à época para reduzir o espaço público democrático e impor severa censura à imprensa oposicionista. Após a decretação do “estado de guerra”, a probabilidade de êxito de uma corrente centrista e conciliadora em relação à transladação da capital mostrou-se complicada por alguns motivos, dentre os quais a relativização do valor das instituições republicanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Identidade e cidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

BRITTO, Francisco de. *Memórias de outro tempo*. Goiânia: Aberta, 1980.

CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: ed. do autor, 1967.

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. *Cadernos do Indur*. Goiânia: Fundação Indur. nº 2, 1980.

CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado de Goiás*. Texto inédito, com citação autorizada.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As imagens e mudança cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

ROSA, Joaquim. *De Totó Caiado a Pedro Ludovico*. Goiânia: Oriente, 1980.

_____. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1974.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.